

NO GOVÊRNO

*Reproduzimos aqui o relatório que António Sérgio apresentou ao seu
ilustre sucessor, ao entregar-lhe a pasta da Instrução Pública*

*Ex.^{mo} Sr. Comandante Helder Ribeiro,
ilustre Ministro da Instrução Pública:*

Começo por declarar que me é sobremaneira agradável fazer entrega da pasta da Instrução a um professor tão distinto como V. Ex.^a, e animado das intenções de que me deu conhecimento na pequena conversação que ontem tivemos.

Parece-me conveniente dê-pôr em suas mãos um muito sucinto relatório do que fiz, do que tencionava fazer, e do estado actual dos negócios mais importantes.

Como sabe V. Ex.^a, em matéria de instrução o que mais importa é a formação de professores e a existência de escolas modelares ou experimentais, com pessoal seleccionado, donde parta para as outras o exemplo e o impulso reformador: por isso, foi meu principal objectivo preparar as coisas para poder enviar estudiosos portugueses ás melhores escolas estrangeiras, e abrir no próximo ano lectivo quatro escolas experimentais: infantil, primária, secundária, de continuação.

Decretou-se a fundação da Junta de Orientação dos Estudos; não cheguei a nomear os seus membros porque ainda não foram aprovadas nas Câmaras as minhas propostas relativas ao govêrno económico dela, e à percepção de receitas para o seu funcionamento. Logo declarei ser-me indiferente a maneira de obter essas receitas; importa ao pedagoga que elas existam, não a sua proveniência: e creio que o melhor serviço que poderiam prestar as oposições seria apontarem-nos as fontes que lhes parecem de recomendar.

Criei o Instituto do Cancro (velha aspiração há muitos anos protelada) que está agora funcionando.

Nomeei uma Comissão que me propusesse a melhor forma de se realizar entre nós a determi-

nação e educação dos anormais de idade escolar, Comissão com cujo relatório concordei, e que decidi tornar permanente, para que se encarregasse de tal serviço.

A Comissão Pedagógica, que também por mim foi nomeada, traz adiantados os seus trabalhos, apesar das poucas sessões que teve; determinou, já, o esquema da organização do ensino primário e secundário, os seus vínculos com o universitário e o especial, e escolheu também os professores que hão de esquisar os novos programas, os quais deverão ser muito podados em relação aos actuais, e coordenados entre si, de maneira tal que constituam, emfim, a unidade da classe, o que entre nós nunca se deu.

Não prossegui na correcção de vários defeitos administrativos, e não iniciei a simplificação e economia em certos serviços, porque cedo me convenci de que era da maior conveniência atacar esses problemas simultaneamente e em conjunto, esperando pelo relatório da Comissão de Economias. Ficou esta última composta do Secretário Geral do Ministério, o Dr. João de Barros, do Sr. Raúl Proença, e de um representante da Associação Comercial, o Sr. Moysés, Amzalack. Pareceu-me bem que as chamadas *fôrças vivas* verificassem a seriedade com que o Estado quer pôr ordem, economia e moralidade nos seus serviços, sendo que assim ganharia o Estado a autoridade conveniente para lhes exigir sacrifícios, indispensáveis à regeneração do País.

Está redigido, e sendo examinado cuidadosamente, um novo projecto de regulamentação dos serviços de instrução primária.

Foi encarregado o cônsul em Londres de comprar à casa editora os direitos de tradução das *Object Lessons*, de Murché, cuja difusão entre os professores primários deveria dar um grande im-

pulso à tão necessária modernização da técnica pedagógica entre nós.

A criação do *Boletim Pedagógico* obedeceu à conveniência de fornecer aos professores informações de carácter prático, concretas, facilmente utilizáveis, sobre novos processos de ensino de que lhes é difícil ter notícia, já pela actual carestia de todas as obras estrangeiras, já pelo obstáculo que a maioria encontra no ler o inglês e o alemão. O primeiro *Boletim*, publicado já, contém instruções para o emprêgo fácil dos modernos processos de ensinar a ler; era minha intenção que explicasse o segundo a organização e funcionamento das sociedades escolares florestais, e expusesse o terceiro algumas modernas directivas do ensino primário e secundário das sciências naturais.

Encontrei em grande atraso o pagamento dos professores primários interinos, e não tive tempo de remover as dificuldades burocráticas que se opunham à solução rápida dessa triste situação. Tenho redigida uma proposta de lei sobre o assunto, que deponho nas mãos de V. Ex.^a.

Criei um serviço especial de cinematógrafos circulantes, com fitas instrutivas, fazendo-se uso de um Pathé-Baby que me foi oferecido pelo Sr. Moquenco, para a Junta de Orientação dos Estudos. Trabalho na organização de uma sociedade particular de indivíduos beneméritos, para aquisição de aparelhos e fitas, e sua distribuição pelas escolas e universidades populares; interessa-se por este assunto o Sr. José de Mattos Bráamcamp.

As câmaras municipais remeti uma circular, perguntando-lhes se desejavam encarregar-se da administração da instrução primária, fornecendo o Estado mensalmente os fundos necessários para pagar ao pessoal, e dispondo os municípios das verbas dos seus orçamentos destinadas a rendas de casas para escolas, mobiliário, material didáctico, e conservação e reparação dos edifícios escolares. As importâncias que o Estado forneceria são provenientes da contribuição de 32%, para o fundo de instrução primária, nos termos do artigo 66 da lei de 21 de Setembro de 1922.

Claro está, a este regime deveria corresponder uma cuidadosa fiscalização do Estado.

Era minha intenção criar a Inspecção Técnica do Ensino Geral; e, pelo que respeita ao ensino superior, voltar à completa autonomia das Universidades, que elegeriam os seus reitores, com um Delegado do Governo junto delas.

A Comissão do Intercambio Universitário com a França foi transformada em Comissão de Intercambio Intelectual, generalizando-se a sua alçada a todos os trabalhos intelectuais, e às relações com todos os povos. Estão iniciadas negociações para

intercambio com a Alemanha, a Espanha e a Itália.

Pelo que respeita à Alemanha, era minha ideia determinar a vinda de professores deste país, pela conta das reparações ou das cargas dos navios ex-alemães, inclusive para as aulas de caracter técnico de uma escola de continuação modelo, que pretendia criar no Porto.

Está pendente um projecto de aumento de propinas que permitiria libertar a verba de 250 contos inscrita no orçamento para material escolar dos vários liceus, e metade da destinada às Universidades. Estas somas tencionava eu propôr que se repartissem por serviços que carecem de recursos; entre as aplicações mais necessárias, figura uma anuidade para pagamento de juros e amortização de um empréstimo destinado a melhorar as instalações dos liceus do Porto, um reforço à dotação da Faculdade Técnica desta cidade, e subsídios a publicações scientificas e a universidades populares.

No Porto, a má instalação da Faculdade de Medicina seria remediável pela sua transferência para um edificio ocupado hoje pela Guarda Republicana, e que esta, ao que parece, poderia dispensar; já tomara a iniciativa de negociações para esse fim com o ilustre colega de V. Ex.^a, o Sr. Ministro do Interior.

O Conselho Superior de Instrução Pública está instituido de maneira que não pode funcionar. Redigi uma remodelação desse organismo que o tornasse eficiente, — projecto que não levei ao Parlamento, por desejar que o examinasse primeiro a Comissão Pedagógica que nomeara. Propunha nele uma *secção electiva* que reuniria em Outubro todos os anos, antes da abertura das aulas, e uma *secção nomeada* e permanente, com duas sub-secções, ou comissões: uma *administrativa*, outra *pedagógica*. Teria esta por objecto ir ajustando de continuo o funcionamento dos estudos (cumprir abandonar a velha idea das reformas instantaneas e definitivas, legisladas num momento), e aquela, resolver numerosos casos de natureza pessoal, burocrática, que hoje ocupam exageradamente a atenção de quem é ministro, tirando-lhe tempo para se consagrar aos negócios gerais do ensino público.

A actual organização dos serviços, com efeito, parece que visa propositadamente a não deixar trabalhar a sério. O Ministro só pode trabalhar de manhã: de manhã, porém, não estão no ministério os funcionários; à tarde tem o Ministro Parlamento: há no ministério os funcionários, mas não há Ministro. Conviria, creio eu, ritmar a vida official pela vida civil, fixar a entrada do pessoal às 10 horas (suponhamos) saída para lanche das 12 ¹/₂ às 2, e saída definitiva pelas 6. Penso também que

deveria haver sub-secretários de Estado que substituissem o Ministro no Parlamento, como succede em Inglaterra; sessões dêste em que só se discutissem os projectos de lei (nas quais se marcaria limite do tempo para os discursos de cada um), e sessões extraordinárias, para a parte espectacular das interpelações e torneios políticos. Como disse a V. Ex.^a, pela actual organização sobem à decisão do Ministro as questiúnculas mais pequenas, com perda do tempo considerabilissima, e prejuizo muito grave para a continuidade na execução da lei.

Está pendente dos Deputados um projecto de lei que ali apresentou um dos nossos antecessores. Tendo sido chamado a interferir na redacção dêste projecto, e a dar-lhe uma revisão sumária de caracter pedagógico e estilístico, quasi que só prestei atenção à sua parte pedagógica, pois no que respeita à administrativa havia divergencias fundamentais entre mim, por um lado, e pelo outro o Sr. Faria de Vasconcelos e o Ministro Sr. João Camoesas: a reunião de todos os órgãos no gabinete do Ministro, sob a presidencia do respectivo chefe, julguei-a sempre insustentável. Parecendo-me boas as intenções daqueles senhores, e as genéricas directrizes da parte pedagógica do projecto, prestei-lhes a minha colaboração, com a condição de se pôr em relevo o que eu classificava de susceptível de realização immediata, e reservando-me o discutir permenores quando chegasse a oportunidade. Não pude impulsionar a discussão do projecto durante a minha estada no Ministério, porque o Sr. Dr. João Camoesas, membro e presidente de uma das Comissões parlamentares de

instrução pública, declarou-me ser-lhe impossível o tratar de tais assuntos (porque estava então a fazer um livro) quando lhe propus o continuarmos no sistema de colaboração que havíamos seguido emquanto S. Ex.^a era Ministro. Pelo que toca ao Dr. Faria de Vasconcelos, sofreu de desgostos e de doenças, que o impediram de trabalhar e de falar comigo, desde a minha entrada no Ministério. Porisso, repito, nada pude adiantar em tal assunto.

Tal é, em resumo, o estado em que deixo as diferentes questões, que V. Ex.^a impulsionará ou modificará, conforme lhe ditar o seu bom critério.

Reiterando os meus protestos de consideração, e agradecendo a V. Ex.^a a gentileza das amáveis palavras que me dirigiu, subscrevo-me

De V. Ex.^a

M.^o At.^o Venr. e Obgd.^o

ANTÓNIO SÉRGIO.

P. S.— Ao redigir apressadamente êste relatório, esqueci-me de mencionar um assunto que já verbalmente tratara com S. Ex.^a: o das Escolas Primárias Superiores. Era minha idea (com que S. Ex.^a concordou) que os trabalhos de gabinete e de inspecção para a reforma do Ensino Primário Superior estivessem ultimados antes de Julho, de maneira que durante as férias se preparasse tudo para a abertura das escolas reformadas no princípio do próximo ano lectivo. S. Ex.^a, como disse, concordou comigo, e nesse sentido se está trabalhando actualmente.— A. S.